

Conferência

Do Éden ao Pantanal: considerações sobre a construção de uma representação

Eudes Fernando Leite¹

Os anos 1990 foram marcados por um crescimento expressivo de demandas pela memória. Dito de outra forma, experimentamos uma espantosa atuação de grupos sociais (organizados ou não) pelo reconhecimento de um lugar no passado, qualquer que tenha sido esse lugar e, na maioria das vezes esses pleitos foram acompanhados por expectativas de ressarcimentos de histórias corrompidas. Apenas para assinalar e respaldar tal afirmação cito o movimento pelo fim da discriminação das denominadas minorias, no caso brasileiro, e pelo reparo dos judeus exterminados em campos de concentração na Alemanha nazista².

Esse fenômeno não pode ser denominado de espantoso mas é significativo que a efervescência de cada um deles estivesse – ou esteja – ligado a procura de um lugar especial no emaranhado das relações sociais, históricas, políticas e culturais da segunda metade do século passado. Ao mesmo tempo esse fenômeno favorece toda uma série de pretensões à identidades peculiares que sugerem que a noção de identidade nacional seja pensada apenas para determinadas situações muito particulares nas quais determinados interesses – geralmente geopolíticos – são levantados e associados às sociedades de um país ou de uma região. Para tentar dar conta dessa situação tenho trabalhado para refinar melhor a noção de identidades múltiplas, transitórias ou mesmo identidades no plural.

As vezes é possível acreditar que a identidade adquiriu uma provisoriedade e pode ser modificada, substituída e/ou reaproveitada, embora essa seja exclusivamente uma suspeita que mereça ser aferida.

Mas, o que importa mais nesse momento é tentar articular duas questões de caráter teórico-metodológico que, a meu ver, se tornaram recorrentes entre os intelectuais das humanidades, dado o contexto acima enunciado. As questões são a memória e sua transformação em fonte histórica por meio da história oral.

Os debates sobre a memória, sua oposição à história não são novos e existe uma bibliografia relevante sobre o assunto, favorecendo abordagens que discutem a memória enquanto fenômeno neurológico e, no nosso caso, como um elemento da feitura do saber histórico.³ No meu – e acho que no entendimento de muitos outros colegas pesquisadores – o trabalho mais instigante e paradigmático é “A Memória Coletiva”, obra póstuma de Maurice Halbwachs. Esse texto alargou bastante alguns postulados de origem Durkheimianos, colocando o fenômeno da memória como resultado da experiência social, enfim de um contexto histórico. Certamente muito já se avançou desde 1950 quando o trabalho de Halbwachs foi publicado,⁴ mas a influência da compreensão enunciada por ele tornou-se uma espécie de compreensão clássica que assegurou a abordagem da memória enquanto fenômeno construído no âmbito da história e que articula experiência com a possibilidade de elaborar uma forma de rememorar essa situação ante novas expectativas.

É relevante tomar um trecho que principia o texto Halbwacquiiano:

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios.⁵

Com a finalidade de tentar explorar esse lapso de escrita capturado do texto, quero destacar a presença da preocupação com o estabelecimento de um

¹ Doutor em História. Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul. Email: effeite@ufgd.edu.br

² Cf. o instigante ensaio de SARLO, Beatriz. *Tempo passado*; cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo/Belo Horizonte: Cia. das Letras/EdUFMG, 2007. Dois outros importantes textos, recentemente traduzidos para o português, testemunham a relevância das preocupações acerca da memória. São eles: RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: EdUNICAMP, 2008 e, YATES, Frances. *A arte da memória*. Campinas: EDUNICAMP, 2008.

³ No campo histórico, é impossível deixar de anotar o decisivo trabalho de Jacques Le Goff, sobretudo sua contribuição na distinção entre a memória e a história. Ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1992.

⁴ Ver POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. (Rio de Janeiro), vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989 e também, do mesmo autor, Memória e identidade social. *Estudos históricos*. (Rio de Janeiro), vol. 5, nº 10, p. 200-215, 1992.

⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo; Vértice, [1950] 1990, p. 25.

III Ciclo

conhecimento a respeito de algo a partir da presença ou não de um testemunho no evento. Trata-se de articular aquilo que se procura conhecer com o que já se sabe, mediante a ligação do indivíduo enquanto testemunho e enquanto agente que possui informações sobre o evento.

No centro da observação de Maurice Halbwachs está a concepção de que há uma informação inicial sobre um fenômeno que deflagra a busca pelo conhecimento. Em relação ao que procuro tratar aqui é importante esclarecer que a motivação a favor da compreensão do Pantanal a partir de uma problemática que é sua redefinição enquanto espaço histórico.

A importância adquirida por alguns temas no campo da História – como a Cultura – proporciona aos pesquisadores novas possibilidades e aponta perspectivas de compreender especificidades e particularidades inerentes a hábitos, costumes e práticas cotidianas. Inúmeras manifestações de caráter popular possuem raízes profundas na História de uma sociedade e, ao longo do tempo, permanecem como componentes identitários, recebendo novas contribuições que proporcionam mudanças em suas práticas e, principalmente, conferindo novos sentidos e significados à(s) manifestação(ões) culturais. Não à parte, existe na região pantaneira a preocupação com a produção de memória, cuja finalidade parece ser a consolidação de uma identidade ligada à presença dos pioneiros – fundadores de fazendas de gado – desde o final do século XIX, os quais imprimiram sua marca ao modelo de “colonização” na região.

Por conta da história da região fronteiriça, inclusive do Pantanal brasileiro e da cidade de Corumbá, as manifestações culturais são significativas para a compreensão das características locais, especialmente, no que respeita à elaboração de uma identidade, ou, no mínimo, de um certo tipo de identidade. Anotados estes elementos, pretendo enfocar manifestações da cultura, principalmente aquela que revela características populares e tradicionais.

Para tanto, é preciso recorrer à abordagem interdisciplinar, cuja contribuição permitirá que alguns dos inúmeros questionamentos e problemáticas identificadas possam ser investigadas e discutidas a partir de ângulos teóricos diferenciados, ainda que o os objetivos sejam bastante próximos. Nesse sentido, busca-se a integração na produção de saber em que a Universidade possa ampliar suas possibilidades de atuação, empregando seus profissionais no tratamento de questões importantes no tempo presente. Essa tarefa não é simples, mas é possível pensar na sua realização desde que haja soma de esforços para superação de obstáculos, que se iniciam no campo institucional e alcançam o campo teórico.

Outro aspecto que atravessa esta preocupação e se coloca como questão pertinente para discussão é a construção de uma memória para a região. Esse esforço na construção e consolidação de uma memória identitária para o Pantanal, especialmente, a área situada no atual estado de Mato Grosso do Sul, está presente em crônicas, discursos, textos literários, museus, monumentos e outros elementos memorativos⁶ que cumprem a função de revigorar constantemente a ação dos “pioneiros”.

Ao eleger a presença das Comitivas de Boiadas no Pantanal, entre a segunda metade do século XIX e anos 1970 do vinte, parti do entendimento de que esse objeto de pesquisa só ganhou essa condição porque estava relacionado com minha história de vida. Igualmente, trata-se de um fenômeno cultural relevante no Mato Grosso e é um fenômeno histórico em si, antes mesmo de sua escolha para a pesquisa. Essa ordem aqui anotada é aleatória, não significa necessariamente uma seqüência hierárquica ou de relevância.

Desde o século XVI a região do atual Pantanal brasileiro que ocupa áreas do estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aparece nos relatos coloniais, especialmente dos espanhóis, como demonstrou Costa⁷ em “História de Um país Inexistente”. Para viajantes espanhóis a região ficou conhecida como a *Lagoa dos Xarayes*. Depois, já no século XVIII, os portugueses no contexto do sertanismo e sua ação pela apreensão indígena foram incorporando a região à América Portuguesa e, na seqüência, ao Brasil. Em tal contexto a região foi território de disputas

⁶ No caso da Nhecolândia, sub-região do Pantanal sul-mato-grossense, o texto inaugurador de um modelo memorativo para a região é o de BARROS, José de. *Lembranças, para meus filhos e descendentes*. São Paulo: snt, sd. Trata-se de um opúsculo cujo conteúdo registra detalhes importantes a respeito da fundação da Fazenda Firme, propriedade que marcou a implantação da pecuária de corte no Pantanal próximo à cidade de Corumbá-MS.

⁷ COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.

entre as coroas ibéricas, sem esquecer a presença indígena que esteve também neste conturbado palco histórico.

A conformação de um espaço ocorre, pelo menos, em duas situações: a primeira enquanto experiência histórica e a segunda como *locus* ou seja ambiente físico. Em se tratando do Pantanal, desde a década de 1970 quando a região sofreu uma das maiores enchentes já registradas, o Brasil passou a ter maiores informações a respeito da espacialidade. Restava divulgar maiores saberes a respeito da história, sobretudo, a respeito dos pantaneiros. Esse segundo aspecto, me parece, está diretamente articulado às expectativas e mesmo às demandas da sociedade brasileira e de outras nacionalidades em relação ao meio ambiente.

Após a segunda Grande Guerra ampliou-se exponencialmente a preocupação com a possibilidade do homem – na verdade poucos homens e mulheres – destruírem o planeta. O desenvolvimento da tecnologia nuclear e o acirramento de tensões, primeiramente entre a antiga URSS e os EUA e seus aliados e no final do século passado entre o Ocidente e os grupos radicais islâmicos em muitas circunstâncias indicam que a humanidade se enfronhará em nova aventura militar. Se observarmos com atenção é possível perceber que a tensão entre Leste x Oeste se reduziu na mesma proporção em que os conflitos regionalizados, mas com alto potencial explosivo cresceram, implicando em revisões das estratégias de interferência e controle nessas regiões por parte das potências ocidentais, especialmente Estados Unidos e Inglaterra.

Retornando ao Pantanal, destaca-se o entendimento construído desde os anos 1970 de que a região é uma espécie de paraíso ecológico, santuário ou paraíso das espécies. Essa condição ou ressignificação da região esteve suportada pelas demandas decorrentes do crescimento das grandes metrópoles que concentraram milhões de pessoas em espaços reduzidos, sem esquecer dos excluídos que alargaram as favelas. Combinado a isso há o desmatamento urbano e rural e a poluição em suas várias formas que avançaram muito, contribuindo para degradar expressivamente a qualidade do ar nas metrópoles e no planeta como um todo.

Nesse contexto ampliou-se a demanda por lugares que remetam a memória e mais ainda o imaginário coletivo para ambientes com características de degradação sutis, como o Pantanal. Anoto demanda porque entendo que essa valorização do “natural” relaciona sensações que começam com a preocupação com preservação ambiental, passam por políticas públicas e chegam ao mercado do turismo ambiental.

No tempo presente, as preocupações com o meio ambiente envolvem nações, sociedades e Estados em torno da questão da sustentabilidade ecológica, o que equivale a dizer, sobre a sobrevivência da espécie humana. Assistimos e em algumas situações compartilhamos com o estabelecimento de um *paradigma social*,⁸ envolto por diversas pretensões que se iniciam na própria preservação da natureza e alcançam interesses geopolíticos e econômicos.

A partir de movimentos preocupados com a questão ecológica ganharam formas diversas vertentes de compreensão e ação, como por exemplo, a modalidade do ecologismo conhecida como biocêntrica, cujo entendimento pretende que *as relações entre humanidade e a natureza devem ser guiadas pela ética. O universo do comportamento moral não deve se esgotar nos seres humanos, mas se estender, também, a outras formas de vida e até ao elemento abiótico, ou seja, ao que os cientistas naturais, respectivamente chamam, de ‘comunidade biótica’ e ‘ambiente abiótico’.*⁹ Para alguns autores as raízes do biocentrismo localizam-se no liberalismo, particularmente o anglo-saxão o que por enquanto é de somenos importância aqui.¹⁰

Ao lado dessa perspectiva, encontramos a compreensão antropocêntrica, cuja essência encontra-se na premissa de que ao longo dos tempos, nas sociedades ocidentais, a relação entre natureza e cultura denota o predomínio da primeira sobre a segunda. Nesse entendimento, a ascendência humana sobre o natural configura-se no emprego de ritmos culturais de manipulação e manejo do mundo

⁸ BARBOSA, Livia N. de H.; DRUMOND, José A. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, 1994.

⁹ Idem, p. 266.

¹⁰ BARBOSA & DRUMOND, op. cit.

III Ciclo

físico, o que realça certo desprezo por formas e organizações sociais nas quais a natureza ocupa o papel dominante.¹¹

Parto da perspectiva antropocêntrica, pois creio que a própria essência do processo histórico, pensando sob a ótica da longa duração, está na relação cultura x natureza, em que a primeira decorre das ações das sociedades humanas na sua faina existencial desde há muito tempo. É preciso ter presente que o mito moderno do paraíso, e no que respeita ao Pantanal, o “paraíso ecológico, paraíso das espécies, refúgio, etc...” encerra, do ponto de vista do imaginário, noções edênicas e arcádicas nas quais a natureza se encontra protegida do homem e sua ação nociva. Essa idéia é profundamente devedora de concepções paradisíacas recriadas na medievalidade¹² e inflamadas na pós-modernidade pelas formas de vida exaustivas verificadas nas grandes cidades do planeta, adquirindo, portanto, novos significados correlatos aos rumos existenciais da contemporaneidade: *Afinal, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia*.¹³ É claro que a ânsia e o desejo pelo paraíso, sensação que compartilhamos com o imaginário medievorenascentista de Colombo, por exemplo, vai ao encontro da indústria do ecoturismo e, sobretudo, das empresas de turismo, o que me parece legítimo se pensado a partir da ótica do capitalismo.

O texto ambientalista, de tonalidade radical, constitui-se numa face do próprio modelo econômico atual. Essa questão é obviamente longa, merecendo portanto uma discussão específica.¹⁴ É importante enfatizar que representar a região pantaneira e sua permanência enquanto grande planície alagada ou paraíso ecológico não pode ser destacado da compreensão de que o homem está aqui (no Pantanal) há pelo menos oito mil anos quando evocado o pretérito pré-colonial da região.¹⁵ Se a discussão for ajustada para um período mais próximo, vamos remetê-la para a presença dos espanhóis entre os séculos XVI ao XVIII, e é claro, aos portugueses, principalmente no início do século XVIII e, não à parte, a presença das diversas sociedades indígenas que aqui estavam desde as primeiras referências que chegaram à Europa sobre essa diferente região. Destaco o livro “O diabo e a terra de Santa Cruz”, da historiadora Laura de Mello e Souza, no qual ela demonstra como, no princípio da colonização brasileira, a natureza foi edenizada e o mundo dos homens (especialmente o do indígena) e depois, do escravo negro foi infernalizado.¹⁶ É nessa trajetória que a idéia da edenização do Pantanal configurasse num mito pós-moderno, no interior do qual a natureza pode ser separada do homem. Trata-se de um mito necessário à sociedade nacional contemporânea já que em sua essência existe o apelo do retorno em direção ao mundo natural. É compreensível, pois nas palavras de Schama¹⁷, *Os mitos são sedutores*, sem esquecer que são prospectivos de um devir melhor e, mesmo, apartado das contradições do tempo presente. Na tentativa de entender a importância do mito para nós, Schama¹⁸ é incisivo:

De uma coisa pelo menos estou certo: não levar o mito a sério na vida de cultura evidentemente ‘desencantada’ como a nossa equivale, na realidade, a empobrecer nosso entendimento do mundo que partilhamos. Equivale, também, a confiar o assunto àqueles que não têm distanciamento crítico algum, que apreendem o mito não como um fenômeno histórico e, sim, como um mistério invariavelmente perene.

O pantaneiro e o Pantanal

A presença humana no Pantanal impôs um enfrentamento severo e constante entre o homem e a natureza. A ocupação econômica da região, sem entrar no mérito valorizador ou detratante das várias atividades ali desenvolvidas, sempre teve no seu interior a presença marcante da natureza pantaneira e suas particularidades, especialmente as grandes enchentes e sua antítese, as secas. Foi nesse contexto que se processou o assentamento do colonizador na região, o que fatalmente significou o apossamento dos imensos territórios integrantes das práticas econômicas e culturais das diversas sociedades indígenas que aqui já estavam.

¹¹ Idem.

¹² MELLO E SOUZA, L. de. *O diabo e a terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 6ª. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

¹³ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 17.

¹⁴ Sobre isto ver FERREIRA, Leila da Costa. *A sociologia Ambiental brasileira: um balanço provisório*. sl, snt, sd, (digitado) e DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 2ª. ed, São Paulo: Hucitec, 1998.

¹⁵ OLIVEIRA, Jorge E. de e VIANA, Sibeli A. O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP*; Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I. nº 1. Dez. Jan. Fev. 1999/2000 pp. 142-189.

¹⁶ MELO E SOUZA, op. cit. e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª. reimp. Brasiliense: São Paulo, 1996.

¹⁷ SCHAMA, op. cit.

¹⁸ Idem, p. 42.

Corrêa¹⁹ enfatiza a presença das características naturais mato-grossenses, no interior do período colonial, como elementos que funcionaram enquanto obstáculos ao processo de incorporação da região à América Portuguesa. Contudo, essa compreensão deve ser relativizada por duas razões: a) a história da colonização dos “sertões” brasileiros demonstra que as características geográficas, climáticas e ambientais foram, cedo ou tarde, confrontadas e superadas enquanto obstáculos; b) a expansão no período colonial, por exemplo, ocorreu em direções e temporalidades distintas e, ainda, impulsionadas pelas demandas do modelo econômico e cultural instalado no nordeste e sudeste brasileiro.

Uma das fontes mais interessantes e que revela um fragmento do olhar do colonizador sobre o Pantanal, citado por Corrêa²⁰, está nas palavras de Cândido Xavier de Almeida e Souza, no princípio do século XIX:

[...] nesta região mais que em outra alguma he inflexível o rancor dos Irracionais contra o Homem, desde a desobediência de Adão: em terra as feras, as serpentes, as furnigas, e as mesmas arvores pella maior parte armadas de espinhos denegão a sua comunicação: nos Rios, os Jacarés, Os Sucuris, As Giboias e os mesmo peixes conspirão contra a Humanidade. A precisa privação do SS. Nome do Snr., o ardente calor próprio da zona tórrida, a transpiração dos suores, a vexação dos insetos; o hálito insofrível do almíscar dos Jacarés, seus horrorozos bramidos, e a horrível figura destes monstros, representam a vista e a imaginação huma verdadeira effige do lado terrível do Infernal Archeronte.

Como é possível perceber na apreciação do autor citado, o Pantanal mato-grossense nem sempre foi um paraíso! A imagem pouco edificante e nada aprazível anotada por Cândido Xavier de Almeida e Souza, e depois enviada a Dom Rodrigo de Souza Coutinho expressa claramente a *mentalidade* do “desbravador” que enxerga no ambiente os óbices impostos ao homem desde a expulsão de Adão e Eva do Paraíso. É o outro lado da mesma moeda edenizadora! A imagem descrita também é reveladora das estratégias usadas pelos homens para matizar suas experiências, empregando os instrumentos que a mentalidade de sua época lhe fornece. Para o expedicionário do início do século XIX, os *Pantanais* possuem características muito distintas, opostas ao Pantanal da contemporaneidade.

Essas observações reforçam a constatação de que o processo de fixação da população não indígena na região não foi simples, implicando em tensão constante entre o homem e o universo natural. O avanço colonizador em direção ao sertão significou a interiorização do domínio colonial de um lado e a ampliação e modificação do horizonte cultural do conquistador, por outro lado. As jornadas, pousos e implantação de núcleos humanos luso-brasileiros, progressivamente, produziam um conhecimento maior sobre o território e suas particularidades, além de exigir constantes reelaborações do universo mental de procedência europeia.²¹ Nessa atividade ocorria a incorporação dos saberes locais ao universo do conquistador, ou seja, estabeleceu-se um intenso processo de apropriação e trocas culturais entre o colonizador e os indígenas.

Esse processo se encontra registrado em textos que procuram consolidar a memória dos pioneiros no Pantanal. Um exemplo desse fenômeno é o esforço na fixação da memória acerca da família Barros como parte integrante na história da fundação e “ocupação” do Pantanal, especialmente a sub-região que foi denominada de Nhecolândia.²²

As preocupações com a preservação podem estar envoltas em variadas e interessantes justificativas, incrustando sua legitimidade em múltiplos aspectos de natureza cultural e/ou socioeconômicas. Em se tratando do Pantanal, preservar alguma coisa, em tal situação implica necessariamente em conhecer melhor toda a região, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também humano.

Minha experiência enquanto pesquisador de aspectos relacionados à cultura verificada no Pantanal tem ensinado que essa região possui uma diversidade de manifestações e formas de viver e relacionar com o ambiente muito *sui generis*. A vida no Pantanal, quando entrevistada pela perspectiva da história – e da etnohistória

¹⁹ CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira na história Regional: o Sul de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo, 1997. 346p. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/ USP.

²⁰ Idem, p. 69.

²¹ MELLO E SOUZA, L. de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando & ____ (coord/org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

²² As pesquisas a respeito da construção das identidades e da memória de pioneiros têm merecido atenção especial por parte dos historiadores. Motivados pela preocupação em compreender e explicar esse fenômeno, vários trabalhos revelam os mecanismos empregados na tarefa de incrustar heróis e pioneiros na história, em locais variados do país. Domingos (2005) se ocupou em pesquisar e demonstrar como se forjou uma memória para a Nhecolândia, bem como os interesses que essa representação significa para a história do Pantanal sul-mato-grossense. DOMINGOS, Gilson Lima. *Pantanal da Nhecolândia: História, Memória e a construção da identidade*. Dourados-MS. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Campus de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

III Ciclo

- revela que o homem estabeleceu uma relação intensa de troca, por assim dizer, com o meio-ambiente, produzindo quase que uma simbiose ou uma espécie de compreensão por parte do ser humano sobre os signos de uma natureza bastante particular. Ou nas palavras de um ansioso Guimarães Rosa²³: afirmando *Eu tinha precisão de aprender mais sobre a alma dos bois, e instigava-o a fornecer-me factos, casos, cenas.*

As imagens veiculadas pela televisão, pelas revistas, pelos jornais e também pela rede mundial de computadores são simplificadoras e até mesmo estigmatizadoras da história pantaneira. É certo que a presença da mídia favorece a representação sobre a região, cuja essência edenizadora parece tentar retirar a região e seus habitantes da história.

Nas pesquisas que venho realizando, desde 1995²⁴, tive a oportunidade de entrevistar pequeno número de pantaneiros, moradores e ex-moradores dos espaços interiores dessa região. Tratei, juntamente com outros pesquisadores, de no momento da gravação, garantir ao entrevistado o controle e a fluência da narrativa. Isso permitiu, conforme entendimento da equipe, maior tranquilidade para o entrevistado. Os princípios dessas entrevistas subordinaram-se às expectativas de saber mais sobre a vivência pantaneira de trabalhadores diversos, pois acreditamos na possibilidade da construção de uma narrativa diversa a respeito do passado, na medida em que

Bem diferente é o testemunho das pessoas simples e dos excluídos, aqueles que tendemos a considerar os não-atores da história, cuja importância passa a ser valorizada pelo simples fato de o historiador solicitá-los entrevistá-los. Aqui, a suspeita muda de campo. O informante se pergunta o que sua vida poderia ter de diferente para um intelectual que escreve livros, enquanto este último faz elucubrações fascinantes a partir dos depoimentos sobre simples gestos do cotidiano ou sobre ações de pouco brilho na história nacional²⁵.

Atribuir importância ao entrevistado é reconhecê-lo como portador de uma memória que pode ser solicitada e, eventualmente, narrada e cuja essência traduz a importância e o *status* de personalidade significativa para compreensão do passado. Certamente que, em uma entrevista, procedemos a intervenções no sentido de buscar alcançar profundidade a respeito de determinados tópicos, fundindo nossa impressão no *corpus* informativo que resulta dessa circunstância rememorativa.

Na tarefa de entrevistar alguns pantaneiros, foi possível realizar um levantamento que expressasse experiências de vida na região, principalmente aquelas próximas a Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul. Por meio dessa atividade, articula-se uma estratégia de apreensão das significações do passado apelando-se a um sistema discursivo que configura e, como uma correia de transmissão, expande e difunde sentidos conferidos ao vivido e/ou testemunhado. É a mecânica difusa da narrativa, suportada na memória, quem constitui algum sentido ao evento pretérito; e, em termos ainda básicos, só conhecemos esses acontecimentos passados por intermédio de seu estabelecimento discursivo, por intermédio de seus vestígios no presente.²⁶ A entrevista construída pelo historiador, no correr de sua pesquisa, é concentradora de algum vestígio, cuja preocupação geralmente é a aproximação do passado.

E, a partir dessas entrevistas, foi possível perceber o significado de algumas atividades de trabalho na vida daquelas pessoas. O trabalho realizado pelas comitivas condutoras de boiadas foi uma delas e que, quando direcionada a entrevista para tal aspecto, transformava-se em fio condutor de uma narrativa fluente e cujo conteúdo agregava outros aspectos da vida no Pantanal. Assim, *todas as histórias contadas pelo narrador inscrevem-se dentro da 'sua história', a de seu nascimento, vida e morte. E a morte sela suas histórias com o selo do perdurável.*²⁷ Mas tais aspectos, de fato não são inerentes apenas as experiências dos condutores ou peões de comitivas, surgem também nas falas de pescadores e outros moradores "tradicionais" da região.

²³ GUIMARÃES ROSA, João. Entremio com o vaqueiro Mariano. In: *Estas Estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 69.

²⁴ Ver, especialmente, LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Campo Grande: EdUFMS, 2003.

²⁵ VOLDMAN, D. Denições e usos In: FERREIRA, Marieta de M e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1996. p. 40-41.

²⁶ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo; História, Teoria, Ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 131 e segs.

²⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 47.

Ao realizar a exploração dessas entrevistas que se configuram em um conjunto audiovisual, percebe-se que o *modus vivendi* local preserva elementos culturais entendidos como tradicionais, ainda que não sejam encerrados sobre si, como uma rocha. Há elementos de uma cultura tradicional, rústica, que se misturam a componentes mais recentes que adentram a região. Entre os componentes mais significativos estão aqueles que dizem respeito às formas pelas quais o homem lida com a natureza. Aqui, os componentes naturais mais lembrados são seca, enchente, animais como cobra e onça. Esses elementos formam o conjunto que integra a caracterização do Pantanal porque fazem parte das representações elaboradas pelos pantaneiros e aparecem nas suas conversas, nas entrevistas, enfim integram o cotidiano de quem ali vive.

No conjunto das características culturais pantaneiras, há uma bastante especial, que tem sido visitada por alguns colegas pesquisadores que é a oralidade. Esse traço cultural, quando tratado sob a ótica da pesquisa revela a riqueza de seu conteúdo e aparece com vigor em alguns trabalhos acadêmicos, se não como objeto, mas como componente articulador de representações e informações a respeito da relação homem x natureza no Pantanal.

A pretensão, neste momento, é apenas a de ressaltar que o Pantanal e seus habitantes transformaram-se em objetos de estudos, os quais têm apresentado contribuições importantes para o conhecimento da cultura pantaneira, e que a oralidade está presente nesses trabalhos, atravessando-os das mais variadas formas. Em alguns deles a oralidade surge como portadora de informações, registrada em entrevistas. Em outros textos, a presença da oralidade sequer é percebida enquanto fenômeno cultural, mas o objeto maior abordado pelo pesquisador revela ligações estabelecidas com a oralidade. Por fim, Ecléa Bosi²⁸ é lapidar ao anotar que *A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é o oral*.

Contribuição recebida em 05.06.2008 e aprovada em 27.06.2008.

²⁸ Idem, p. 43.